

# **A ORTOGRAFIA DO SÉCULO XIX: UMA LIÇÃO DO PROFESSOR BRÍCIO CARDOSO.**

BISPO, Aldenir Tavares

SANTOS, Michelle Carlos.

VIEIRA, Aline Galdino

Profª. Msc. Christianne Gally (orientadora)  
Licenciada em Letras (UFS/1987), mestre em História da Educação (UFS/2004) e professora Adjunta III do curso de Letras da Universidade Tiradentes.  
Christianne.gally@gmail.com.br

## **Resumo:**

De que maneira a ortografia era ensinada no final do séc. XIX em Sergipe? Como era situada no estudo da gramática? Qual o sistema ortográfico adotado pelo professor do ensino secundário diante das concepções advindas dos modernos estudos lingüísticos? Este trabalho responde a essas questões, analisando os capítulos do *Tratado de Língua Vernácula*, escrito em 1874 por Brício Cardoso e publicado no *Jornal do Aracaju* em forma de apostilas. Sob a ótica da Análise do discurso francesa, analisar-se-á a polifonia existente no corpus, constituído pelos textos referentes ao bom uso não só das letras, como também da pontuação, que ele considera como ortografia. Espera-se, assim, contribuir para a difusão das idéias lingüísticas em Sergipe no século XIX, objetivo do projeto “História das idéias lingüísticas em Sergipe”, coordenado pela Profª. Msc. Christianne Gally.

**Palavras-chave:** Brício Cardoso, ortografia, Análise do discurso

## A ORTOGRAFIA DO SÉCULO XIX: UMA LIÇÃO DO PROFESSOR BRÍCIO CARDOSO.

### A ortografia portuguesa

Escrever em português nunca foi fácil, mesmo para os escritores renomados. Até o século XVI, mais precisamente até o ano da publicação de *Os Lusíadas* (1572), a língua portuguesa oferecia múltiplas formas gráficas para uma mesma palavra. Isso se devia à preocupação de reproduzir na escrita o mesmo som com que ela era pronunciada. Nesse sentido, diz-se que a ortografia medieval da língua portuguesa foi fonética ou sônica (cf. GALLY, 2006).

*Os Lusíadas* foram a obra que inaugurou uma nova fase na escrita portuguesa uma vez que fora responsável pela sistematização da língua e da ortografia portuguesas. Daí até 1911, a língua conheceu outra fase: a pseudo-etimológica. E por que fora assim chamada? A preocupação deixara de ser com a reprodução fiel dos sons e passou a privilegiar a origem da palavra. Entretanto, a denominação “pseudo” deve-se, dentre outros fatores, à precariedade do conhecimento das línguas clássicas que levava, em muitos casos, “a explicações mirabolantes: por exemplo, pensou-se que o *h* inicial se justificava na palavra *ermitão* (então escrita <hermitão>) porque a letra *h* era representada como uma haste arredondada, que lembrava o cajado dos ermitões”. (BASSO & ILARI, 2006, p. 200).

No século XIX, ainda viam-se vários escritores, como Garret, e gramáticos, como Castilho, reclamarem por uma grafia fixa, porque a existente oferecia muitas oscilações e trazia a eles muitos problemas. Os dicionaristas eram os que mais sofriam com isto. Antônio de Moraes e Silva, por exemplo, em seu prefácio de seu *Dicionário da Língua Portuguesa*, publicado em 1877, apontava os problemas enfrentados por ele no tocante à escrita das palavras. Era necessário que houvesse uma simplificação ortográfica.

A história da ortografia portuguesa, portanto, ficou assim dividida: período fonético que vai até o séc. XVI, o período pseudo-etimológico que vai do séc. XVI ao XVIII e o período histórico-científico que começa a partir do século XIX (cf. COUTINHO, 1978).

Segundo a Gramática Normativa da Língua Portuguesa de Rocha Lima, em relação ao período histórico científico o mesmo aconteceu a partir de 1868, depois que, graças ao estudo de Adolfo Coelho, deu entrada em Portugal, a ciência lingüística, tornando-se possível infestar com sólida base científica o problema da ortografia.

O grande renovador foi um mestre português Aniceto dos Reis Gonçalves Viana que, após vários opúsculos preparatórios, publicou, em 1904, a sua notabilíssima *Ortografia nacional*, ponto de partida de tudo o que foi feito depois. Com a repercussão desse trabalho, o governo português nomeou, em 1911, uma Comissão para estudar as bases da reforma ortográfica. Essa comissão foi integrada por alguns dos maiores filósofos de Portugal (Leite de Vasconcelos, Carolina Michaellis de Vasconcelos, Adolfo Coelho, Epifânio Dias, Julio Moreira, José Joaquim Nunes, e outros) que propôs a adoção do sistema de Gonçalves Viana, com pequenas alterações.

Realmente em 1911 foi oficializada a “nova ortografia” pelo Governo português. Para Michaellis,

num país, atrasadíssimo quanto á instrução e educação, em que quatro milhões estão á espera dos beneficios da luz espiritual, o que importa é facilitar o ensino da leitura e escrita; acabar com todas as complicações desnecessárias; eliminar todos os artificios eruditos: abreviar a aprendizagem, de sorte que os mestres-escolas ganhem tempo para realmente fertilizarem as almas com noções sólidas de saber e com as boas doutrinas cívicas da solidariedade social, do pacifismo e do altruísmo.(MICHAELLIS, s/d, p.102).

Ainda para essa autora, a reforma só anularia algumas dificuldades da escrita portuguesa, ou seja, não resolveria todos os problemas enfrentados na grafia de algumas outras tantas palavras. Havia, entretanto, a necessidade de se reformar a escrita da língua, “por amor aos humildes e pequeninos que vi e vejo lutar arduamente (e quantas vezes sem

resultado!) com as dificuldades, incongruências, e contradições da ortografia reinante, por demais erudita, complicada e desconexa”<sup>1</sup>.

De um lado, estava resolvida a escrita de algumas palavras. Dona Carolina, como assim era conhecida no meio intelectual, já adotara em suas lições o sistema simplificado. Vários outros intelectuais também o fizeram. Apesar de os etimologistas continuarem a brigar por sua erudição, venceu a reforma empreendida por Viana.

No Brasil, desde 1907, a Academia Brasileira de Letras propôs uma reformulação ortográfica em 12 regras, baseada nos estudos propostos por Medeiros e Albuquerque. Vejam que essa proposta foi gerada quatro anos antes da grande revolução ortográfica acontecida em Portugal. Para Cardoso, o “Brasil se antecipou [a Portugal], modernizando a ortografia”<sup>2</sup>. Esperou-se por uma posição da Academia Brasileira de Letras, afinal em seus *Estatutos*, “caberia a seus membros velarem zelosamente pela pureza e correção daquele que era o instrumento básico da atividade de todos eles: o idioma português”<sup>3</sup>.

Este zelo, entretanto, levou os imortais a realizarem inúmeras sessões de acirradas e acaloradas discussões entre abril e agosto de 1907 que terminaram aprovando com modificações a proposta do Sr. Albuquerque. Esse projeto, porém, não tivera respaldo nem do governo, nem da imprensa e nem dos literatos.<sup>4</sup>

Assim, por questões políticas, principalmente, revogou-se, em 1919, a reforma de 1907<sup>5</sup> que já tinha sido reescrita por João Ribeiro em 1912 e ajustada aos padrões da reforma portuguesa de 1911 por Silva Ramos. Entre 1919, portanto, e 1931, o Brasil voltou a escrever da mesma maneira que em 1891.

---

<sup>1</sup> Idem, p. 101.

<sup>2</sup> CARDOSO, op.cit.p.54.

<sup>3</sup> RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. p. 180.

<sup>4</sup> Cf. RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. Op. Cit.

<sup>5</sup> Em 1919, por indicação de Osório Duque Estrada a reforma de 1907 foi revogada. Dez anos depois, a Academia tenta colocar em vigor o sistema ortográfico simplificado, mas não houve aceitação popular, e ela sozinha não podia imprimir o uso de uma ortografia a um Brasil de usuários.

Chegamos, finalmente ao ano de 1931, no qual foi assinado um Acordo entre Portugal e Brasil cuja decisão foi a de adotar, definitivamente, no Brasil, o projeto de ortografia simplificada portuguesa ocorrida em 1911. É claro que não bastaria somente aprovar um acordo. Era necessário haver um tempo relativamente longo para adotá-la pelo menos nas escolas e nas instituições públicas. Era grande o esforço dos usuários da língua para se adaptarem ao novo sistema. Eram os jornais os maiores responsáveis pelas notícias acerca da “mutilação” ou “solução” do sistema ortográfico pós-Acordo.

Somente em 1933, ou seja, três anos depois da aprovação do Acordo, é que se percebem os primeiros usos na escrita simplificada: farmácia ao invés de *pharmacia*, Ginásio ao invés de *Gymnasio*, etc. Nos livros, nos jornais, nos panfletos, viam-se, às vezes, as não observâncias à risca do que estava no Acordo, mas todos se empenhavam em seguir as novas regras. Elas eram a lei e a lei deveria ser obedecida, apesar de todos os resmungos de alguns poucos etimologistas brasileiros.

Em 1934, a constituição brasileira (não se esqueçam de que estamos na ditadura militar) por questões até então “nebulosas”, manda esquecer o sistema simplificado e voltar às bases da ortografia de 1891. Isso mesmo, de 1891. Imaginem de que maneira foi a reação do povo brasileiro, que aliás, já estava indignado com tantas reformas. Os jornais ficaram recheados de tantas notas de repúdio à falta de seriedade para com a língua portuguesa. O caos, mais uma vez fora instaurado. A pressão foi tão forte que em 1938, consegue-se, definitivamente, fazer vigorar o tão conturbado Acordo de 1931. Outra reforma só acontecerá em 1943, quando um novo acordo entre os dois países resultará na convenção Luso-Brasileiro, revigorando o acordo de 1931. Todavia em função de algumas divergências nas regras, eles voltaram a se reunir em Lisboa, de julho a outubro de 1945, delegado das duas Academias, surgindo então “Conclusões Complementares do Acordo de 1931.

Em fins de 1971, o Congresso Nacional aprovou projeto de Lei, que veio a ser sancionado pelo Presidente da República, introduzindo pequenas alterações no capítulo da acentuação gráfica – de conformidade com parecer conjunto da Academia Brasileira de Letras e da Academia das Ciências de Lisboa, segundo disposto no artigo III da Convenção Ortográfica celebrada a 29 de dezembro de 1943 entre Brasil e Portugal.

Mas, é importante ressaltar que essas reformas portuguesas foram criadas para amenizar o caos ortográfico instalado desde o período fonético, onde a escrita era representada através dos sons reproduzidos pela fala. Muito embora nunca tenha sido satisfatório por haver diferenças em uma mesma palavra escrita. Pois o som da letra i, podia ser representado por: i, y e até h enquanto a nasalização do m, seria escrito por n ou til. Depois passaram existir grafias como: fecto (feito), regno (reino) e fructo (fruto) ainda proveniente do Latim.

A partir desse momento foram surgindo grupos de consoantes do tipo ch, th ph etc. encontradas em palavras como: lithografia, typoia denominado pseudo-etimológico causando uma desordem ortográfica no final do século XIX, repercutindo de forma direta aqui no Brasil.

O sistema ortográfico atualmente em vigor é o de 1943, que por Lei do Executivo Brasileiro datado em 18 de dezembro 1971 sofreu algumas alterações no que tange as regras de acentuação gráficas das palavras. Esse sistema tem as seguintes características: é **simplificado** – houve redução de consoantes dobradas ou insonoras, ex.: officio em vez de officio; é **científico**- se baseia na etimologia; é **sistemático**- no uso dos acentos gráficos, por exemplo; “A luz do formulário ortográfico que antecede o Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguêsa, elaborado pelo mais acessível, regras e diretriz básica essencial para a escrita correta das palavras de nossa língua e adequada utilização dos sinais gráficos”. (CEGALLA, 1999, p.49).

## **Brício Cardoso: um professor de português no século XIX**

Brício Cardoso, no cenário Educacional Sergipano, teve um papel fundamental. Nascido a 1844, na cidade de Estância, transformou-se numa das maiores personalidades no campo da educação, jornalismo e política. No entanto, o início de tudo foi ainda quando o mesmo iria concluir o curso de preparatórios substituindo o dono da cadeira de geometria da Estância, além de ter lecionado como professor de primeiras letras da Vila do Espírito Santo no lugar de Antônio Quirino de Souza.

Brício, de alguma forma, foi influenciado pelo pai, Joaquim Maurício de Cardoso prof<sup>o</sup> de Latim e de Retórica e Poética do ensino secundário além de ter sido deputado e advogado que por sua vez de as primeiras instruções ao seu filho onde daí em diante começaria o curso de Humanidades.

O professor acreditava que saber ler e escrever ajudaria abrir novas fronteiras no universo do conhecimento. Porém, esse homem fez um legado da profissão que exercia.

Em sua trajetória, assumiu o cargo de diretor das Escolas Normais de ambos os sexos como também foi o responsável pela redação do regulamento do ensino normal em Sergipe aprovado pela Assembléia provincial e impressa na compilação de 1835 a 1880, organizado pelo Juiz de Direito de Penedo Cândido Pereira Franco. (cf. GALLY, 2004).

Depois de torna-se um catedrático do Atheneu, Brício também assumiu, em 1877, simultaneamente por vezes, o cargo de diretor das escolas normais de ambos os sexos, sendo dispensado em 1879. Foi ele também o responsável pela redação do regulamento do ensino normal em Sergipe que foi aprovado pela Assembléia Provincial e impressa na compilação das leis provinciais de Sergipe de 1835 a 1880, organizado por Cândido Augusto Pereira Franco, juiz de Penedo. (GALLY, 2004, p.61).

### **Brício explica sobre ortografia: o papel da interdiscursividade**

A palavra ortografia (formada pelos elementos gregos orto, “correto”, e grafia “escrita” dá nome à parte da gramática que se preocupa com a correta representação escrita das palavras . Isso porque é a ortografia, que fixa padrões de correção para a escrita das palavras.

Atualmente, a ortografia em sua língua obedece a uma combinação de critérios ligados a origem das palavras fonológicas. Por isso, sabe-se que falar de regras gramaticais não é nada fácil, ao contrário é algo tão complexo que sempre causou algumas discussões acerca desse assunto. Contudo o sistema ortográfico, constitui uma parte dessa gramática que por sua vez também possui regras inseridas, mas, como todo sistema é dotado de uma complexidade no interior dessas regras, não as torna diferente na ortografia, pois a partir dessa concepção da palavra estabelece uma noção de sentido dentro de um determinado contexto.

Quanto à situação do estudo gramatical do século XIX, a ortografia, apesar de ser uma parte importante da gramática, exercia um papel conjunto com a orthoepia que estudava a pronúncia correta e normal das palavras como também da prosódia que assumia a função de acentuá-las corretamente além da pontuação, formando assim um conjunto de regras pré-estabelecidas. Brício unificou todos esses estudos em um só título: ortografia.

Assim, o professor Brício Cardoso definiu a ortografia como uma pintura dos sons elementares e das letras, por acreditar e defender que ela era simplesmente um resultado perfeito da junção entre as letras e os sinais de acentuação dispostos corretamente através da sonoridade representada pelas mesmas. Por isso mesmo ajudaria na transmissão de um discurso mais claro permitindo onde qualquer leitor dispusesse de um bom uso da leitura compreendendo nitidamente àquele discurso.

Por acreditar que a ciência gramatical-ou melhor, a ciência da linguagem que é também arte em ciência – era anterior a qualquer língua, Brício compreendia que nenhum outro ramo científico poderia ser aprendido sem o seu conhecimento. Quem sabia falar e escrever, necessariamente sabia aprender a conhecer, bem pensar, a querer e a bem sentir. Para ele, portanto era uma das disciplinas fundamentais para o ensino do menino brasileiro.(GALLY, 2004, p. 145).

De acordo com Maria Virgínia Borges (1999), a interdiscursividade é um processo formado por fatos lingüísticos que geram formulações acerca de algo já constituído por um determinado sujeito do discurso. Pois, esse mesmo discurso já foi dito anteriormente por alguém em algum lugar, modificando apenas suas reformulações em função das características marcantes de quem está escrevendo, apesar de ter sido incorporado alguns elementos imprescindíveis para que pudesse elaborar o seu. No entanto, pode haver semelhanças ou diferenças que irá depender de como serão trabalhadas ou mesmo abordadas essas questões que traz consigo uma ideologia escondida intrinsicamente pelo autor envolvido naquele momento.

Porém o intradiscurso pode remexer e ressignificar aquilo que já havia sido dito.

Ao definir a ortografia como “uma parte da gramática que ensina a escrever as palavras e sinais literais, e a empregar convenientemente a pontuação”, Brício praticamente afirma que essa última poderia muito bem ser trabalhada em conjunto e não isoladamente, pois, ao invés de estar subdividida gramaticalmente a ortoepia, a prosódia ,a ortografia e a pontuação, ele acreditava que se houvesse a unificação das mesmas haveria uma complementação de ambas partes. No entanto, seriam divididas em: ortoepia para ouvidos e ortoepia para os olhos.

Mas, qual é o papel da pontuação senão o de empregar os sinais corretamente dentro de um determinado discurso , separando de forma adequada as orações ou períodos constituídos, tornando assim a leitura mais leve e menos cansativa em função das pausas existentes.?

Assim, o professor inseriu a pontuação no contexto da ortografia por entender que elas exerciam funções extremamente importantes e fáceis de ser conciliadas em um mesmo momento. Isso porque a ortografia por si só daria conta do recado já que, também exerce o papel de empregar a pontuação.

Tomando por base que nenhuma palavra se constrói aleatoriamente, e que, é através dessa constituição que surgirá uma pronúncia da mesma, torna-se necessário sabermos como ela foi formada e quais elementos foram fundamentais neste processo. Por isso, Brício Cardoso menciona em *Tratado da Língua Vernácula* que é partindo da união ordenada das letras, que qualquer vocábulo correspondente aos seus sons e a ordem deste produz a boa pronúncia do mesmo.

Assim, ele começa suas explicações enfatizando algumas questões sobre como escrever as palavras portuguesas, utilizando-se as vogais orais e nasais além das consoantes e das duas prolações gu, qu, descrito logo a seguir:

Está assentado que, para escrever as palavras portuguesas, só se deve usar dos caracteres vogaes oraes a, e, i, o, u; dos caracteres vogaes nasaes ã, ê, i, õ, ú; dos caracteres consoantes b, para, m, v, f, g, c, d, t e s ( com vogal diante); z, s, (sem vogal diante); x, j, ch, não, nh, r, rr; das duas prolações gu, qu; do ç em lugar do s, e do g em lugar do j, antes de e e i .(CARDOSO, 1944, p. 190)

Brício dividiu a ortografia em dezenove explicações, acerca da utilização das regras ortográficas, enfatizando a proveniência etimológica das palavras além de demonstrar através de exemplos o que pode ou não ser inserido na escritas das mesmas.

Mas, o professor também foi categórico em suas afirmações quanto ao uso desnecessário de letras a mais cuja pronúncia e etimologia não correspondesse: “Não é justo entremear as palavras de letras desnecessárias à pronúncia e a etimologia. Assim é erro escrever he, hum, hespírito, hesperto, hespaço, hespécie. Hestudo”.(CARDOSO, 1944, p. 200).

Quanto ao emprego das letras maiúsculas, ele especifica claramente em quais situações podemos utilizá-las. Pois, cada vez que fomos introduzir uma oração, ou qualquer discurso de qualquer natureza além de nomes próprios e pátrios, teremos como obrigação, iniciarmos com letra maiúscula, sem esquecer dos documentos formais que, porventura, venham constituir-se de algo discutível em torno desse assunto, respeitando as conversões gramaticais que as normatizam.

A acentuação, no entanto, era utilizada para distinguir uma palavra homógrafa de uma outra parecida na escrita porém pertencentes a classes gramaticais diferentes ex: pára para sé sê, e avó e avô. Muito embora saibamos que as regras pré-escritas por Brício a respeito das cinco vozes nasais, diga que as palavras com sons nasalizados, escrevem-se com til, m ou n adiante, ainda temos dificuldades quando vamos colocá-las em práticas em virtude da não dominação das mesmas.

Em relação aos ditongos orais (eo, eu, ao, io, ou) são escritos com o vocábulo no início e no meio. Já quanto aos ditongos nasais, devem-se prestar bastante atenção para que não haja confusão com os ditongos nasais simples e para que o emprego do n, não seja colocado de forma aleatória nos plurais dos nomes interferindo assim na escrita.

“Só se usa de letra maiúscula no princípio dos frontespícios dos livros, dos capítulos, das orações, do discurso que se relata, dos nomes próprios, dos nomes comuns empregados como títulos honoríficos e de dignidade quando aplicados a indivíduos particulares, e também quando são nomes pátrios e gentílicos, ou quando fazem o objecto principaal do discurso como Philosophia , Rhetórica, Poesia, Pintura, Lei, Decreto, Alvará.”(CARDOSO, 1944, p. 202).

Como podemos notar, as palavras são constituídas por regras gramaticais que incidem diretamente no processo da escrita ortográfica, pois o v , z, j e o h assim como o ch, lh, gu, qu não podem, segundo Brício, serem dobradas em qualquer palavra a não ser entre vogais. Porém, as letras g e c quando estão juntas das vogais a, o ou u possuem uma

sonoridade. Mas , se estiverem acompanhadas de e ou i constituirá um som bem diferente. Contudo o gu e o qu só pode ser empregados antes de e e i .

Às vezes, por motivos bem distintos, sentimos muitas dúvidas para fazermos diferenciação quanto ao uso de uma letra em uma determinada palavra. No entanto, nos perguntamos como elas podem constituir-se igualmente na escrita, mas, com sonoridades diferentes ou mesmo em alguns casos aparecer de forma oculta, como é o caso do u e de outros ditongos.

Essa resposta às vezes torna-se muito difícil de explicar-se na prática. Por isso, é imprescindível que tenhamos consciência de que essas situações existem e denotam muita atenção para que entendamos essas confusões. Pois, é nessa hora ,que entra a importância do uso do trema ou diérese para sabermos distinguir as situações as quais poderemos utilizá-las.

E segundo Brício:

“ É conveniente usar do trema ou da diérese para fazer distinção do **u** quando é mudo como em **quatorze, gueto, quita**, e quando é vogal, como em **qüal, guarda, eqüestre, quinquagesima**, e também no concurso de duas vogaes que fazem ditongo e quando não; usando do mesmo signal na primeira vogal, quando não faz ditongo, como em **rio**, (fluvius) e não quando o faz como em **rio** (risit). Estando, porém, o acento na Segunda, torna-se ieto desnecessário, como em **caía, teúdo, moído**.(CARDOSO, 1944, 204).

A escrita das palavras são formadas por vogais e consoantes. Contudo, se há uma divisão entre elas, a vogal ficará no fim da regra e a consoante não sendo final formará uma nova sílaba com a letra seguinte

Quando as palavras dividem-se, se a primeira delas for **b, d, l, r, s, m ou n** não tendo vogal próxima a mesma ficará no final da regra trazendo as seguintes para o início. Se as consoantes pertencerem ao mesmo grupo, uma fica no fim e a outra passa para o começo (ex.: objecto-rigar, ab-soluto, ad-mitido, al-tar, ar-ma). Obs.: Existe uma exceção nos casos em que as consoantes são compostas de duas ou mais palavras, ou seja, o s pertencerá ao seguinte membro e não ao antecedente (ex.: de-struir, re-stituir, re-star).

Quando a palavra se parte entre muitas consoantes continuadas de diferente espécie, e a primeira dellas for uma das seguintes b, d, l, r, s, m, n não tendo vogal diante, por esta mesma se dividirá, ficando no fim da regra e trazendo as mais para o princípio da regra seguinte, como pertencentes à voz imediata, deste modo: objecto- rigar, ab-soluto, admittido, conhecimento- stante, com-preposição- hender, al-tar, ar-ma, as-tro, in-de mni-zar, o-mni-poesia-ten-te, o-bra (porque é syncope de obero), o-pe-ração. (CARDOSO, idem).

Outras regras gramaticais citam que não se deve utilizar o Ç em início de palavras, ao contrário dos substantivos acabados com aça, eça, iça, oca, uca, aço, eço, iço, oco, uço, pedem o Ç. Palavras como jejum e seus derivados iniciam com **J**, as demais com **Ge**. No caso do **S** entre vogais tem som de **Z**, já os finais agudos pedem **Z** no final da palavra. Obs.: Essa regra tem exceção.

### **Considerações finais**

A ortografia era ensinada no final do séc. XIX em Sergipe, baseando-se na perspectiva da gramática filosófica de Jerônimo Soares Barbosa e nos inúmeros escritores clássicos de Portugal. Além de estudar, sob o mesmo título “ortografia”, os problemas de ortoépia e prosódia, a gramática de Brício Cardoso ainda incluía a pontuação como um problema ortográfico. Embora já houvesse, naquela época, rumores acerca de uma possível reforma ortográfica, Brício não toca no assunto e requer para a língua brasileira, o mesmo estatuto da língua portuguesa, em relação à escrita, já tão modificada pelos falares brasileiros.

### **Referências bibliográficas**

AMARAL, Maria Virgínia Borges. Análise do discurso: língua, história e ideologia. In.: *Leitura: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística-UFAL*. Maceió, 1999. n. 23.

- CAGLIARI, L. C. Algumas reflexões sobre o início da ortografia da Língua Portuguesa. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. 1994. pp. 103-11.
- CARDOSO, Elis de Almeida. Orthografia virou ortografia. In: *Revista Língua Portuguesa*. n. 11.
- ILARI, Rodolfo & BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos*. São Paulo: contexto, 2006.
- RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. 2ed. Campinas,SP: Editora da Unicamp, CECULT, 2003.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. *Lições de filologia portuguesa, segundo as preleções aos cursos de 1911/12 e de 1912/13, seguidas das lições práticas de português arcaico*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, s/d.